

TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO – MG

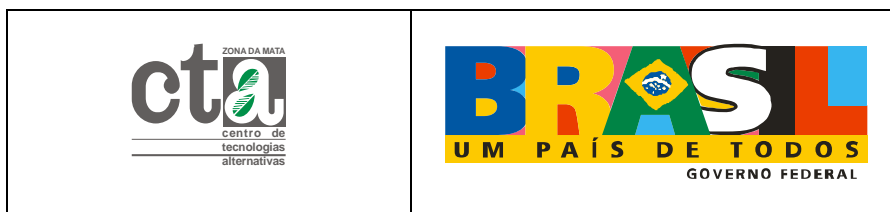


SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Executor:

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais - CTA-ZM

Viçosa, maio de 2004



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	2
LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE GRÁFICOS	4
1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. LOCALIZAÇÃO E MEIO FÍSICO	6
3. BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS	9
4. O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO	11
5. A POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO	13
6. A ECONOMIA DO TERRITÓRIO	17
6.1 Finanças públicas	18
6.2 Produção Agrícola.....	21
6.3 Produção animal	25
6.4 Turismo	25
7. INFRA-ESTRUTURA	25
8. SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	27
9. SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	28
9.1 Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	28
9.2 Serviços Financeiros	30
10. TECIDO SÓCIO-ORGANIZATIVO	34
11. INTEGRAÇÃO REGIONAL E IDENTIDADE TERRITORIAL.....	35
12. HIPOTHESES DE TRABALHO PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.....	37
13. BIBLIOGRAFIA	39

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CECO	Centro de Estudos e Educação Ambiental
CMCN	Centro Mineiro de Conservação da Natureza
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
ITR	Imposto Territorial Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PESB	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais
PROPEDAF	Projeto Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Meio físico e população dos municípios que compõem a Serra do Brigadeiro.....	8
Tabela 02: Participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB.	12
Tabela 03: Variação da população do Território entre 1970 e 2000	16
Tabela 04: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Território ..	17
Tabela 05: Arrecadação do ICMS nos municípios da Serra do Brigadeiro	18
Tabela 06: Repasses dos fundos constitucionais aos municípios do Território	19
Tabela 07: Repasses de fundos públicos (FUNDEF e FPM)	20
Tabela 08: Indicadores da produção de café (em coco), no Território .	21
Tabela 09 – Cultivos de subsistência no Território.....	22
Tabela 10 - Utilização da terra nos municípios do Território (1996)....	23
Tabela 11 - Efetivo dos rebanhos nos municípios do Território.....	24
Tabela 12: Armazéns Cadastrados na CONAB – 2001.....	26
Tabela 13: Eletrificação Rural no do Território entre 1997 e 2001.	26
Tabela 14: Rede bancária nos municípios do território.....	31
Tabela 15: Crédito Rural do PRONAF, por ano fiscal – montante e número de contratos por município.....	32
Tabela 16: Crédito Rural do PRONAF aplicado na região da SB no período 2000-2003	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Área (em hectares), do uso da terra na área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.	11
Quadro 02: Unidades de Conservação com Proteção Integral na Zona da Mata – MG, em 2001.	13
Quadro 03: Unidades de conservação com manejo sustentado, de Jurisdição Municipal, existentes no território da Serra do Brigadeiro - MG, 2002.	13
Quadro 04: Projetos e programas executados ou em andamento no território da Serra do Brigadeiro.	29
Quadro 05: Organizações governamentais e não governamentais que participaram ativamente do processo de negociação para a criação o PESB.	34

LISTA DE GRÁFICOS

	Pg
Gráfico 01 Variação da população dos municípios do território da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.	14
Gráfico 02 Variação da população rural nos municípios da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.	15
Gráfico 03 Produto Interno Bruto dos Municípios da Serra do Brigadeiro - ano 2000.	17
Gráfico 04 Arrecadação Municipal (ICMS e Outros) nos municípios do Território da Serra do Brigadeiro.	19
Gráfico 05 Repasses Constitucionais aos municípios da Serra do Brigadeiro - ano 2003.	20
Gráfico 06 Área plantada com café nos municípios do Território Serra do Brigadeiro.	22
Gráfico 07 Variação do IDH dos municípios da Serra do Brigadeiro entre 1991 e 2000.	27

1. APRESENTAÇÃO

No ano de 2003 iniciou-se na região da Serra do Brigadeiro, Zona da Mata de Minas Gerais, um processo de articulação intermunicipal e intersetorial tendo como objetivo central promover a integração das ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da região segundo a abordagem territorial. Este esforço de articulação envolve a participação de representantes das prefeituras dos nove municípios que compõem o território, além de outros órgãos do governo estadual e entidades da sociedade civil na definição de estratégias e metas relacionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar na região.

A definição da Serra do Brigadeiro como uma das áreas prioritárias do Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais - PRONAT, desencadeado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem impulsionado um processo mais amplo de articulação visando a construção coletiva de planos de intervenção e de investimentos voltados para a agricultura familiar no território. A realização de um PTDRS, de forma participativa, baseado em um diagnóstico participativo foi confiada ao CTA pelo conjunto de atores sociais do território em 2003, quando da definição das "ações imediatas" que teriam o apoio do PRONAT. Este documento é um produto intermediário do processo de elaboração do PTDRS, organizado pelo CTA/ZM.

O presente documento tem por objetivo reunir informações e dados secundários que irão subsidiar tanto a realização do diagnóstico do Território da Serra do Brigadeiro, quanto as etapas posteriores de planejamento e execução de ações voltadas para o desenvolvimento regional. Trata-se, portanto, de uma sistematização das informações já existentes sobre os municípios que compõem o território, acompanhada de análises preliminares sobre as dinâmicas sócio-econômicas e ambientais observadas na região.

Nas primeiras seções do documento são apresentados e analisados dados e informações que nos permitem tecer um quadro geral da realidade regional nos aspectos físicos (naturais), históricos e sócio-econômicos. Em seguida realiza-se uma discussão sobre as perspectivas de integração regional a partir da identidade territorial, ou seja, da vinculação entre os meios de vida da população, suas organizações e o espaço físico do território. Por fim, nas últimas seções procura-se formular algumas hipóteses centrais que deverão orientar a realização do diagnóstico participativo do território como base para um processo mais arrojado de planejamento intersetorial e intermunicipal.

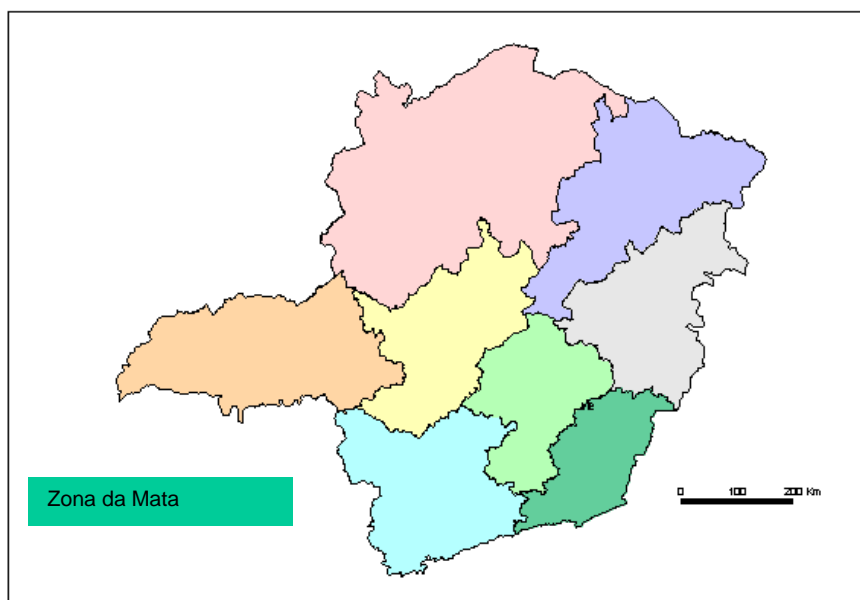
2. LOCALIZAÇÃO E MEIO FÍSICO

A Zona da Mata de Minas Gerais situa-se no sudeste do Estado, fazendo divisa com outras três meso-regiões mineiras: com o Sul de Minas, ao sul, com a região do Rio Doce, ao norte, e com a região metalúrgica/Campo das Vertentes, à oeste. Na sua fronteira leste a Zona da Mata limita-se com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (mapa 01). A região é formada por 142 municípios que ocupam uma superfície de 35.748,7 mil Km² o que corresponde a 6.09 % da área do Estado (PROPEDAF, 2002).

O território que corresponde à Serra do Brigadeiro e entorno está situado na porção norte da Zona da Mata mineira, sendo formado pelos municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita. Sua área total é de 2.944 Km², o que corresponde a 8,4% da superfície da Zona da Mata.

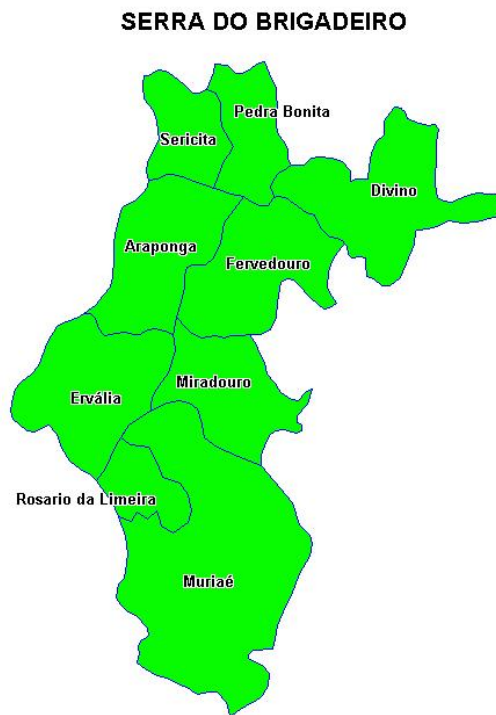
As principais vias de acesso ao território são a rodovia BR 116 (Rio-Bahia), que percorre os municípios de Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino; a rodovia BR 262 (BH-Vitória) que cruza a BR 116 na altura do município de Realeza; a MG 262, que liga Belo Horizonte ao interior da Zona Mata, além de uma rede de estradas vicinais, pavimentadas ou de terra, que interliga os municípios do território.

Mapa 01 – Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.



Fonte: PROPEDAF(2002). Adaptado do site <http://www.geominas.mg.gov.br/> - 2002 (microrregiões de planejamento de 1996)

Mapa 02 – Municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro



No interior do território localiza-se a Serra do Brigadeiro, uma cadeia montanhosa (sentido norte-sul) que, em função do seu relevo fortemente acidentado, atua como uma barreira divisória ou como uma fronteira natural entre os municípios que se localizam nas porções leste e oeste do território. Situa-se no divisor de águas entre duas das mais importantes bacias hidrográficas do sudeste brasileiro: a bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Paraíba do Sul.

Dada a grande heterogeneidade ambiental dos municípios da Zona da Mata o Projeto Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar (PROPEDAF) adota uma classificação dos municípios em termos da sua altitude e temperatura média anual. Desta forma os municípios que possuem aproximadamente 60% de sua área dentro do limite de 0 a 500 m de altitude são considerados como pertencentes à classe 01.

Os municípios com cerca de 60% de sua área situada dentro do limite de 500 a 800 metros de altitude são considerados como pertencentes a classe 02. Por fim, os municípios da classe 03 possuem cerca de 60 % de sua área situada acima de 800 m de altitude. Aqueles municípios que não possuem os 60% de sua área dentro dos limites das três classes descritas acima foram agrupados em uma classe indefinida denominada de Classe 04. Considerando esta classificação, o território da Serra do Brigadeiro possui oito dos seus nove municípios situados na Classe 03 e apenas um tomando parte na classe 01.

Tabela 01: Meio físico e população dos municípios que compõem a Serra do Brigadeiro.

Classe	Municípios	Bacia hidrográfica	Índice Pluviométrico (mm)	Temperatura média anual (°C)	População rural	População Urbana
03	Araponga	RD	1500	20,9	5375	2541
03	Divino	PS	1200	n.d.	9756	8664
03	Ervália	RD/PS	1500	19	9458	7560
03	Fervedouro	PS			5956	3715
03	Miradouro	PS	1450	20,9	4851	4919
01	Muriaé	PS	1200	22,3	8178	83923
03	Pedra Bonita	RD	1340	18,8	4934	1303
03	Rosário de Limeira	PS	1564	23,5	2220	1649
03	Sericita	RD	1203	21,3	3971	3019

Legenda: RD: Bacia do Rio Doce; PS: Bacia do Rio Paraíba do Sul;

Fonte: Tabulação realizada pelo PROPEDAF (2002) a partir de dados do IBGE e outras fontes. Algumas informações foram complementadas com dados da Assembléia Legislativa de MG.

Nesta classificação considerou-se que os outros atributos do ambiente físico e sócio-econômico apresentam uma certa homogeneidade na região da Zona da Mata. A tabela 01 acima apresenta ainda o índice pluviométrico dos municípios, temperatura média anual, população rural e urbana, além da bacia hidrográfica na qual situam-se os municípios.

Vegetação

A vegetação original do Território da Serra do Brigadeiro é a Floresta Estacional semidecidual (Floresta Atlântica), caracterizada pela dupla estacionalidade climática, com verão chuvoso e inverno frio e seco, quando de 20 a 50% das árvores perdem as folhas. Entre as espécies na Floresta Estacional Semidecidual destacam-se: *Copaifera langsdorffii* (copaíba), *Ocotea sp.* e *Nectandra sp.* (canelas), *Schizolobium parayba* (guapuruvu), *Cedrela fissilis* (cedro), *Plathymenia foliolosa* (vinhático), *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa), *Cariniana estrellensis* (jequitibá-rosa) (PROPEDAF, 2002). Nas partes mais elevadas do território ocorre também os campos de altitude, especialmente junto a afloramentos rochosos como o Pico do Boné e Pico do Soares.

Clima

Nos municípios da classe 03 (Araponga, Ervália, Divino, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita) o clima predominante é o Temperado Chuvoso (mesotérmico) – Cwb também chamado de subtropical de altitude, caracterizado por verões chuvosos e invernos de 4 a 5 meses secos. Já no município de Muriaé, localizado na parte mais baixa do território, predomina o clima Tropical Úmido (mega térmico) - Aw (Antunes, 1996), citado por PROPEDAF (2002).

Solos

Segundo GJORUP (1998) o principal solo que ocorre na porção leste da Serra do Brigadeiro é o Latossolo Vermelho-amarelo álico (LVa). Nas encostas da serra pelo lado ocidental ocorrem solos mais ricos em matéria orgânica, com presença de horizontes A proeminentes e húmicos, além de manchas de Latossolo Amarelo (LA) e, ao norte, Latossolo Vermelho-amarelo húmico (LVh). Nos terraços ocorrem Argisolos Vermelho-amarelo que, embora em menor proporção, são de grande importância para a agricultura. No lado ocidental da serra, e acima da cota de 1000 m de altitude, são encontrados Latossolo Vermelho-amarelo húmico (LVh) caracterizados por possuírem boas propriedades físicas (alta permeabilidade, estrutura granular estável e elevada profundidade), porém são álicos e pobres em macro e micro nutrientes. Nas partes mais declivosas e acima da cota de 1500 m de altitude são encontrados solos Neossolos Litólicos (RL) e Cambissolos húmicos (Ch) (GJORUP, 1998); (IEF, 2002).

Hidrografia

As principais bacias hidrográficas presentes na Zona da Mata são: a bacia do rio Doce, que é formada pelas sub-bacias do rio Piranga, do rio Casca, do rio Matipó e do rio Manhuaçu; a sub-bacia do rio Piranga, por sua vez é formada pelas sub-bacias do rio Turvo e do rio Xopotó; a bacia do rio Paraíba do Sul é formada pelas sub-bacias do rio Paraibuna, do rio Pomba, parte da bacia do rio Muriaé e por porções de outras sub-bacias; já nos domínios da serra do Caparaó encontra-se parte da bacia do rio Itabapoana (PROPEDAF, 2002).

3. BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS

Municípios	Aspectos Históricos / Culturais
Araponga	São Miguel das Almas dos Arrepiados é o primeiro nome do atual município de Araponga. Com o nome primitivo de São Miguel e Almas dos Arrepiados, surgiu no Ciclo do Ouro, em 1781, quando D. Rodrigo José de Menezes, governador da Capitania de Minas, visitou a região e distribuiu sesmarias e áreas de mineração. Com o tempo, os veios auríferos se esgotaram e o crescimento do povoado tornou-se mais lento. Mas, em 1826, foi criada a freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados, tornando-se São Miguel do Araponga, em 1857, quando foi elevado a distrito. Em 1938, com o Estado Novo, seu nome foi simplificado, para em 1962 tornar-se cidade. Em Araponga estão a serra da Pedra Redonda, patrimônio ecológico, a imagem do Bom Jesus da Cana Verde e a igreja matriz de São Miguel Arcanjo, patrimônios históricos do município.
Divino	Habitada primitivamente por índios da tribo goitacases, a região onde hoje se localiza o município foi desbravada, em 1833, por brancos que se dedicavam à agricultura. O povoado foi fundado por um grupo de moradores que decidiram sair em excursão, descendo pelo atual ribeirão São João do Norte, até alcançar o rio Carangola. Subindo por este rio, caminhariam até sentirem fome e, no local onde parassem para comer,

	fincariam uma bandeira com as insígnias do Divino Espírito Santo. De fato, ali construíram uma capela, que deu origem ao povoado, elevado a distrito em 1882, com a denominação de Divino Espírito Santo. Em 1923, o distrito passa a chamar-se Divino de Carangola, por estar subordinado a este município. Emancipa-se em 1938, com a atual denominação.
Ervália	Teve origem no antigo povoado de Capela Nova, mais tarde denominado São Sebastião dos Aflitos. Acredita-se que esta denominação tenha sido atribuída ao lugar devido à falta de recursos da região e ao seu isolamento em relação aos centros mais desenvolvidos. O povoado cresceu ao redor de uma capela construída em terras doadas por um fazendeiro, em função de um pequeno comércio de produtos da região, onde também ocorriam vendas e trocas de animais e contratação de mão-de-obra. Em 1938, tornou-se município, com território desmembrado de Viçosa. A atual denominação de Ervália data de 1943.
Fervedouro	Criado em abril de 1992, tendo sido desmembrado do município de Carangola. Fervedouro é conhecido por suas águas efervescentes e lamas medicinais, que atraem pessoas de várias regiões.
Miradouro	Toda a região, que teve Muriaé como centro, começou a ser desbravada no início do séc. XIX, quando Constantino José Pinto, chefiando numerosa expedição, adentrou por aqueles sertões na busca de riquezas naturais e de terras para a lavoura e o pastoreio. Depois de cruzar a serra das Perobas, junto ao ribeirão Fernando, o bandeirante foi atacado pelos índios puris. Por não combatê-los, conseguiu atraí-los, contando com a participação de muitos membros da tribo em sua expedição, que desceu até o rio Muriaé. Subindo pelo Guarus, afluente do Muriaé e hoje rio Glória, os desbravadores foram instalando fazendas e povoados. Um desses povoados foi o de Santa Rita do Glória, que cresceu em volta de uma capela erguida na região. Em 1938, com o nome de Glória, o antigo povoado foi elevado a cidade e, em 1943, ganhou a denominação de Miradouro, justificada pela existência, nas suas proximidades, de uma elevação de onde se descortina esplêndida vista da região.
Muriaé	Em 1750, o capitão Inácio de Andrade, numa investida contra os índios, instala na região um verdadeiro estado de guerra. O governador da província, Luís Diogo Lobo da Silva, decide intervir, proibindo essas expedições e enviando o missionário padre Manuel de Jesus Maria para pacificar os índios. No princípio do séc. XIX, a expedição do capitão Constantino José Pinto consegue a colaboração dos índios e se estabelece junto a uma cachoeira do rio Muriaé. Em 1819, o francês Guido Tomás Marlière ergue a capela onde hoje se encontra o largo do Rosário. Em 1846, a povoação que ali se forma passa a freguesia e, em 1852, se torna paróquia, com o nome de São Paulo do Muriaé. Em 1855, o município é criado desmembrando-se de Visconde do Rio Branco. Seu nome é reduzido para Muriaé, que significa "ter sabor de cana doce", em 1923.
Pedra Bonita	Instalado em 01/01/1996
Rosário de Limeira	Instalado em 01/01/1996
Sericita	Em 1741, índios botocudos atacam e destroem os povoados de Casa da Casca e Rio Santana. Expedições de bandeirantes são organizadas, e o povoado de Santana é reconstruído. No seu território, surge uma povoação chamada Jequitibá. Em 1917, Jequitibá passa a distrito. Em 1923, muda sua denominação para Itaporanga e, após vinte anos, o distrito passa a ser chamado de Sericita, sendo emancipado em 1962, com o seu território desmembrado de Abre Campo.

Fonte: Web-site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; e Web-site do Governo do Estado de Minas Gerais;

4. O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO

A proposição de uma unidade de conservação na região da Serra do Brigadeiro remonta a algumas décadas tendo se iniciado no âmbito das políticas para o meio ambiente no Estado de Minas Gerais. No início da década de 90 esta proposta tomou corpo na forma de um projeto de lei do executivo estadual voltado para a criação de um Parque Estadual na região, nas áreas situadas acima de mil metros de altitude, perfazendo uma extensão territorial de cerca de 33.000 ha. Esta primeira proposição fez emergir o problema social da desocupação da área do futuro parque, atingindo diretamente milhares de agricultores familiares e a população residente em diversos povoados e sedes de municípios que seriam afetados. A criação do parque acima da cota de 1000 metros de altitude redundaria, portanto, em um problema social resultante da desapropriação das áreas destas famílias de agricultores.

A partir de 1993-94 iniciou-se na região um intenso debate público sobre a pertinência da criação do parque e, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de propostas alternativas que garantissem a permanência e a viabilidade da agricultura familiar na região. Neste momento inicia-se um ciclo de mobilização e negociação liderado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), principais interlocutores dos agricultores familiares junto aos defensores da proposta: os órgãos do Estado.

Como principal argumento, as organizações sociais afirmavam que o fato de haver na região a predominância de agricultores familiares tradicionais, praticando uma agropecuária de baixo impacto ambiental, foi o que garantiu a preservação da área de Mata Atlântica ao longo dos anos.

Finalmente, como resultado deste processo de mobilização e negociação, é criado em 1996 o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com uma área total de pouco mais de 13.000 ha, que correspondem à área remanescente de Mata Atlântica na região. Nesta nova configuração, a demarcação do parque acima da cota de 1000 m é descartada, garantindo-se a permanência dos agricultores familiares instalados nas proximidades da área de floresta definida como sendo o parque estadual.

Quadro 01: Área (em hectares), do uso da terra na área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Uso	Área (ha)
Mata	11.667
Capoeira	1.222
Afloramento de Rocha	274
Total	13.163

Fonte: GJORUP(1998)

A existência de uma agricultura familiar com fortes laços de pertencimento à região da Serra do Brigadeiro e instalada no entorno de uma unidade de conservação de âmbito estadual (PESB) recoloca o problema de como se promover o desenvolvimento sustentável da região conciliando a produção agrícola e a conservação do patrimônio natural de interesse público. Com efeito, a região assume uma importância estratégica tanto para a preservação da Mata Atlântica ainda remanescente na região quanto para a gestão responsável de duas das mais importantes bacias hidrográficas do Estado de Minas e Gerais e da região sudeste do Brasil: as bacias dos Rios Paraíba do Sul e do Rio Doce.

Na Zona da Mata, a Serra do Brigadeiro funciona como uma “caixa d'água” para a região, já que nela nascem rios de duas grandes bacias, a do Rio Doce e do Paraíba do Sul. Neste divisor de águas nascem 78 córregos e 7 rios, sendo os mais importantes o Rio Casca e o Glória. Sua vegetação é caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Submontana com a presença de campos de altitude. Esta Floresta, ainda conserva algumas espécies representativas da floresta original, tais como o Jequitibá branco (*Cariniana strelensis*), a Copaíba (*Copaifera langsdorffii*), a Peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*), o Palmito (jussara) (*Euterpia edulis*), entre outras. Quanto à fauna, estão presentes, entre outras, espécies como o Mono carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*), Onça pintada (*Panthera onca*) (SDT/MDA, 2003).

Tabela 02: Participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB.

Município	Ha	% em relação à UC	% em relação ao município
Araponga	5.420	41,03	17,85
Divino	97	0,74	0,23
Ervália	1.158	8,77	3,24
Fervedouro	3.525	26,68	9,86
Miradouro	1.628	12,32	5,4
Muriaé	319	2,41	0,38
Pedra Bonita	372	2,82	2,14
Sericita	691	5,23	4,16
Área total	13.210	100,00	-

Fonte: Plano de Manejo do PESB – etapa I

A tabela 02, acima, apresenta a composição da área do PESB bem como a participação de cada um dos municípios da região da Serra do Brigadeiro. Já os quadros 02, 03 e 04, a seguir, apresentam as unidades de

conservação de âmbito estadual, municipal e particulares existentes nos municípios do território. No município de Divino foi criado em 1997 o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) que definiu como meta prioritária a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica ainda existentes no município.

Quadro 02: Unidades de Conservação com Proteção Integral na Zona da Mata – MG, em 2001.

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.	Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Sericita.	Lei 9.655, de 20/07/88 Decreto 38.319, de 27/09/96	13.210

Fonte: PROPEDAF (2002). Adaptado de CAMARGOS, 2001.

Quadro 03: Unidades de conservação com manejo sustentado, de Jurisdição Municipal, existentes no território da Serra do Brigadeiro - MG, 2002.

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA			
DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
APA Pico do Itajuru	Muriaé	Lei 1.586, de 26/08/91	2.772
APA Araponga	Araponga	Lei 490, de 16/01/98	14.992
APA Fervedouro	Fervedouro	n.d.	n.d.
APA Ervália	Ervália	n.d.	n.d.
APA Divino *	Divino	n.d.	n.d.
APA Miradouro *	Miradouro	n.d.	n.d.
APA Pontão	Muriaé	n.d.	n.d.

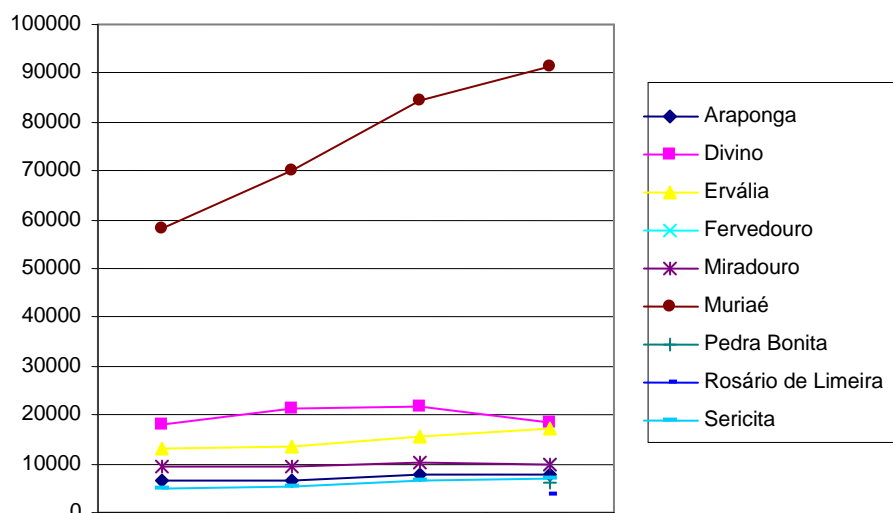
Fonte: PROPEDAF (2002), Adaptado de CAMARGOS, 2001; IEF (2002).

* em fase de criação ou regularização

5. A POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os dados disponíveis sobre a população do território da Serra do Brigadeiro demonstram que entre os anos de 1970 e 2000 a população da região aumentou cerca de 55%, passando de 109.994 pessoas em 1970 para 171.135 em 2000. No entanto, uma análise mais atenta vai demonstrar que este aumento da população total ocorreu de forma desigual entre os municípios que compõem o território. Com efeito, somente o município de Muriaé teve um acréscimo em sua população de cerca 33.000 pessoas, o que representa aproximadamente 54% do crescimento populacional do território no período analisado. Os demais municípios apresentam uma variação consideravelmente menor da sua população total, enquanto registra-se em todos os municípios um processo de urbanização ou de migração da população rural para os núcleos urbanos.

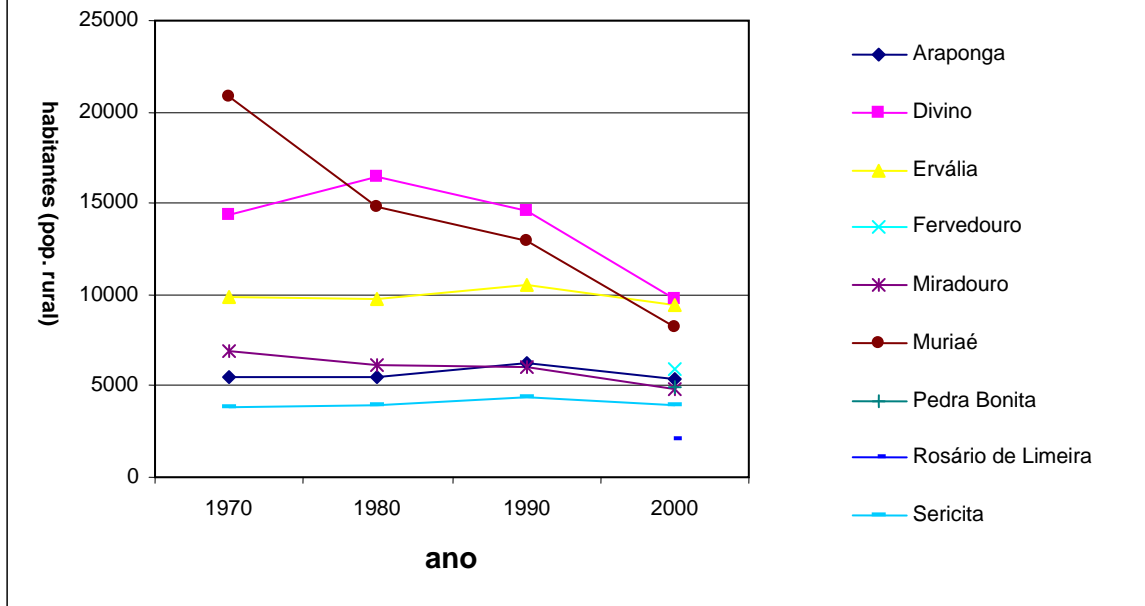
Gráfico 01: Variação da população dos municípios do território da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000



Nas últimas décadas o município de Muriaé se afirmou como um pólo atrativo de pessoas da região da Serra do Brigadeiro. Sua população total passou de 58.153 habitantes em 1970 para 91.418 em 2000, um crescimento de 57%. Por outro lado, a porcentagem de população rural no município caiu de 36% em 1970 para 9% em 2000, o que comprova um acentuado processo de êxodo rural e urbanização acelerada. Os demais municípios do território também apresentam tendências semelhantes de diminuição da população rural, porém de forma menos acentuada. Por outro lado, com exceção de Muriaé, a maioria dos municípios não tiveram aumentos significativos de sua população total (rural+urbana) entre 1970 e 2000. Deste fato se pode concluir que estes municípios atuaram como exportadores de mão-de-obra e que uma parte significativa de sua população migrou para outros centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho e de vida. A estagnação econômica da região e as sucessivas crises no mercado do café estão entre as causas mais importantes deste processo migratório.

No entanto, conforme lembra VEIGA et alli (2002), os indicadores estatísticos utilizados oficialmente para classificar a população como rural ou urbana se mostram inadequados quando se trata de regiões onde predominam pequenos municípios com forte vocação agrícola e presença marcante da agricultura familiar. No caso da Zona da Mata observa-se que uma parcela expressiva da população reside em núcleos populacionais considerados oficialmente como área urbana, muito embora desenvolvam atividades produtivas de caráter agrícola, em pequenas propriedades situadas nos arredores das pequenas cidades ou distritos. Portanto, faz-se necessária uma relativização das informações relacionadas à população rural e urbana dos municípios.

Gráfico 02: Variação da população rural nos municípios da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.



A tabela 03, abaixo, apresenta uma sistematização dos dados sobre a população dos municípios do território entre os anos de 1970 e 2000, segundo o IBGE.

Tabela 03: Variação da população do Território entre 1970 e 2000

Municípios	1970				1980				1990				2000			
	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL
ARAPONGA	925	5.429	85	6.354	1.081	5.488	84	6.569	1.631	6.243	79	7.874	2.537	5.374	68	7.911
DIVINO	3.751	14.378	79	18.129	4.763	16.493	78	21.256	7.127	14.630	67	21.757	8.668	9.757	53	18.425
ERVÁLIA	3.264	9.919	75	13.183	3.548	9.791	73	13.339	5.034	10.517	68	15.551	7.555	9.455	56	17.010
FERVEDOURO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.714	5.956	62	9.670
MIRADOURO	2.305	6.927	75	9.232	3.201	6.156	66	9.357	4.228	5.999	59	10.227	4.915	4.852	50	9.767
MURIAÉ	37.316	20.837	36	58.153	55.161	14.829	21	69.990	71.651	12.934	15	84.585	83.245	8.173	9	91.418
PEDRA BONITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.303	4.934	79	6.237
ROSÁRIO DE LIMEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.645	2.062	56	3.707
SERICITA	1.094	3.849	78	4.943	1.451	3.956	73	5.407	2.003	4.379	69	6.382	3.020	3.970	57	6.990
TOTAL	48.655	61.339		109.994	69.205	56.713		125.918	91.674	54.702		146.376	116.602	54.533		171.135

Fonte: IBGE / Assembléia Legislativa de Minas Gerais

6. A ECONOMIA DO TERRITÓRIO

Em termos de Produto Interno Bruto (PIB) somente no município de Araponga o setor agropecuário é mais importante que os setores industrial e de serviços. Nos demais municípios o setor de serviços é o mais expressivo em termos de produto interno, seguido do setor agropecuário. Já no município de Muriaé a agropecuária é o setor menos importante, representando apenas 6% do PIB municipal, enquanto que o setor industrial é responsável por 28,62 % e o de serviços por 65%.

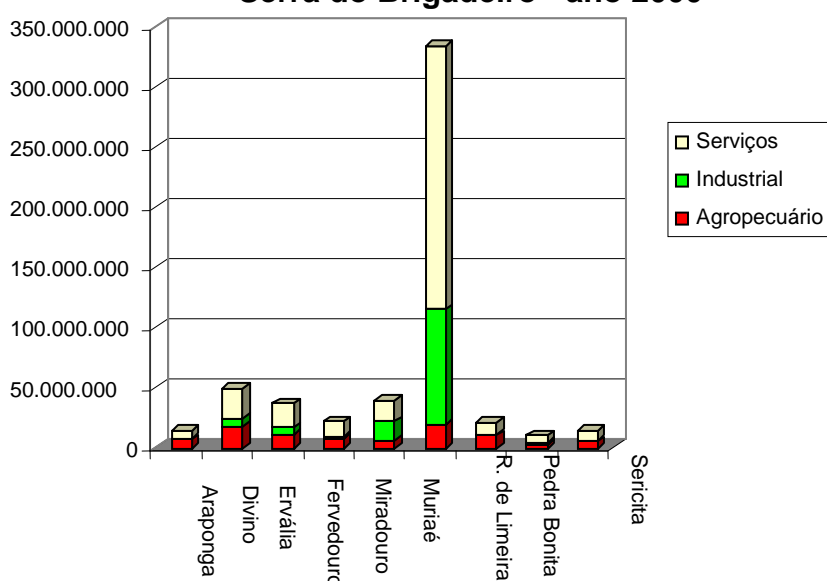
Tabela 04: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Território
Ano 2000 - Unidade R\$ 1.000,00

Municípios	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Total
Araponga	6.933	49	466	3,32	6.619	47	14.018
Divino	17.527	35	7.259	14,65	24.773	50	49.559
Ervália	10.892	29	6.069	16,38	20.083	54	37.044
Fervedouro	7.476	34	2.402	10,83	12.292	55	22.170
Miradouro	6.518	16	15.247	38,34	18.003	45	39.768
Muriaé	19.679	6	95.642	28,62	218.879	65	334.200
Pedra Bonita	10.274	49	514	2,44	10.312	49	21.100
Rosário de Limeira	3.231	31	1.796	16,97	5.559	53	10.586
Sericita	5.598	40	798	5,71	7.587	54	13.983
TOTAL	88.128		130.193		324.107		542.428

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

O gráfico 03, abaixo, procura expressar o peso relativo do PIB (agrícola, industrial e de serviços) em cada um dos 9 municípios que compõem o território da Serra do Brigadeiro, demonstrando claramente a diferenciação econômica do município de Muriaé tanto nos setores de serviço e industrial.

Gráfico 03: Produto Interno Bruto dos Municípios da Serra do Brigadeiro - ano 2000



6.1 Finanças públicas

Os dados sobre o PIB municipal da região da Serra do Brigadeiro refletem em outro importante aspecto da economia regional: as finanças públicas. Neste sentido os municípios de Muriaé e Miradouro se destacam quanto a arrecadação do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma das mais importantes fontes de receitas dos municípios.

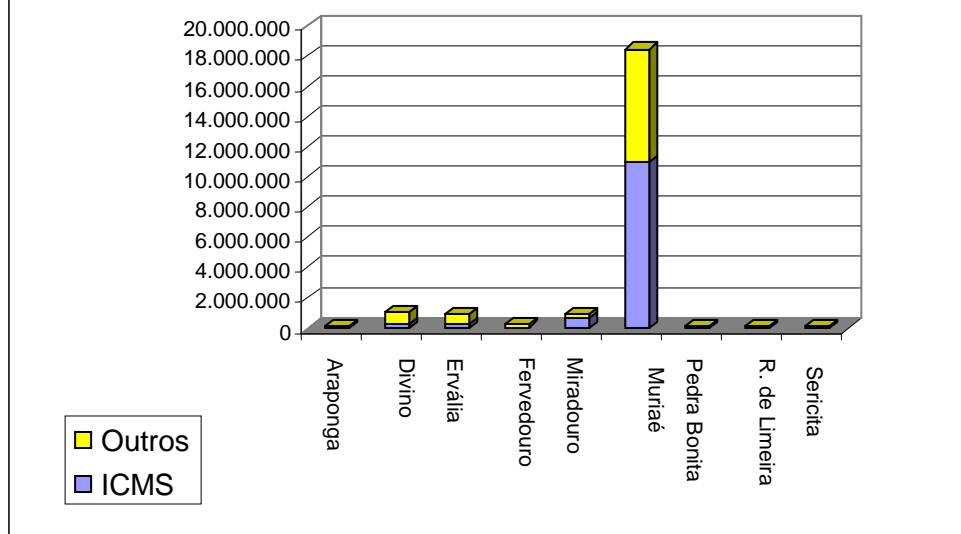
Em termos de arrecadação per capita do ICMS, os números referentes a Muriaé e Miradouro confirmam tanto uma maior circulação de riqueza nestes municípios quanto uma boa capacidade de arrecadação por parte das administrações municipais. Já no caso dos municípios de Araponga, Sericita e Pedra Bonita, a baixa arrecadação per capita observada pode resultar da predominância da economia informal, além da pouca importância dos setores industrial e de serviços nestes municípios. O gráfico 04, abaixo, demonstra o peso relativo de cada município do território em termos de arrecadação total de impostos (ICMS e outros).

Tabela 05: Arrecadação do ICMS nos municípios da Serra do Brigadeiro Ano 2002; valores em reais.

Município	ICMS	%	População	Arrecadação per capita
Araponga	19.688,00	0,16	7.911	2,49
Divino	333.718,00	2,66	18.425	18,11
Ervália	318.321,00	2,54	17.010	18,71
Fervedouro	78.465,00	0,63	9.670	8,11
Miradouro	642.321,00	5,13	9.767	65,76
Muriaé	11.045.585,00	88,19	91.418	120,83
Pedra Bonita	4.834,00	0,04	6.237	0,78
Rosário de Limeira	61.752,00	0,49	3.707	16,66
Sericita	20.141,00	0,16	6.990	2,88
TOTAL	12.524.825,00	100	171.135	(média) 73,19

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda / Assembléia Legislativa MG

Gráfico 04: Arrecadação Municipal (ICMS e outros) nos municípios do Território da Serra do Brigadeiro, ano 2002



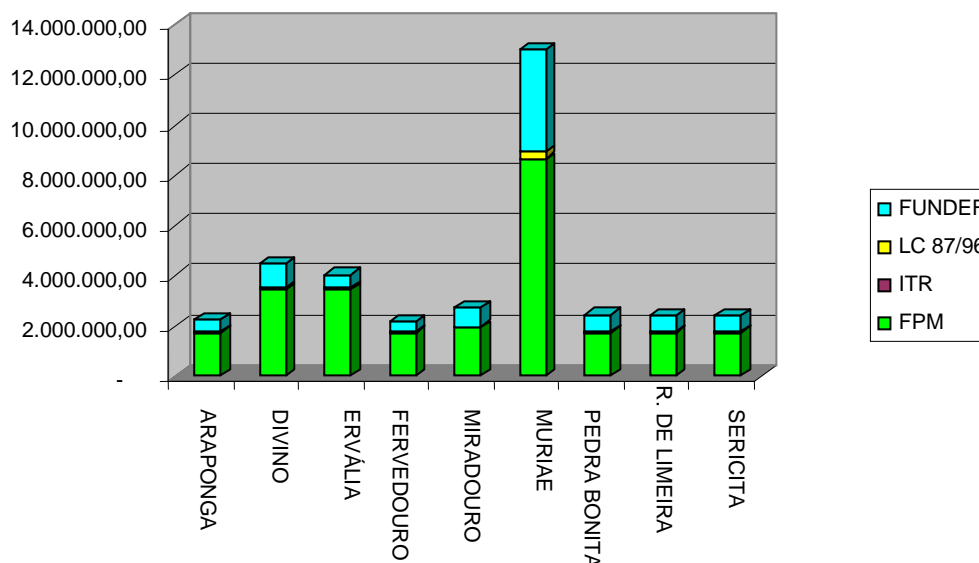
Uma outra importante fonte de divisas dos municípios da região são os repasses dos fundos constitucionais como o Fundo de Desenvolvimento da do Ensino Fundamental (FUNDEF), Imposto Territorial Rural (ITR), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e (LC 87/96). A tabela 06 abaixo, apresenta o volume relativo de recursos repassados aos municípios por cada um destes fundos no ano de 2003. Neste caso, destacam-se os municípios de Muriaé, Divino e Ervália como aqueles que receberam os maiores repasses, especialmente do FUNDEF e do FPM.

Tabela 06: Repasses dos fundos constitucionais aos municípios do Território
Ano 2003 – valores em reais (R\$)

	FPM	ITR	LC 87/96	FUNDEF	Total
ARAPONGA	1.731.266,39	3.044,49	41.248,59	467.087,98	2.242.647,45
DIVINO	3.462.532,12	6.156,66	52.282,81	970.114,42	4.491.086,01
ERVÁLIA	3.462.282,05	4.972,66	51.096,31	538.438,85	4.056.789,87
FERVEDOURO	1.731.266,39	4.054,97	42.482,99	412.124,52	2.189.928,87
MIRADOURO	1.939.144,74	3.960,71	33.134,73	771.777,45	2.748.017,63
MURIAÉ	8.655.764,98	17.639,69	274.619,98	4.047.860,50	12.995.885,15
PEDRA BONITA	1.731.266,39	1.516,00	25.323,01	695.060,71	2.453.166,11
R. DE LIMEIRA	1.731.266,39	1.376,22	22.653,98	683.059,83	2.438.356,42
SERICITA	1.731.266,39	1.883,07	24.150,54	635.560,90	2.392.860,90
TOTAL	26.176.055,84	44.604,47	566.992,94	9.221.085,16	36.008.738,41

Fonte: www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm; www.stn.fazenda.gov.br

Gráfico 05: Repasses Constitucionais aos municípios da Serra do Brigadeiro - ano 2003



A tabela 07, abaixo, mostra que embora o município de Muriaé conte com os maiores repasses, em termos de volume de recursos, estes valores devem ser relativizados, já que este município também conta com a maior população do território, sendo a grande maioria desta população situada na zona urbana do município. Considerando-se estes repasses em valores per capita, Muriaé recebe o montante mais baixo dos recursos do FPM destinados ao território. Por outro lado, os pequenos municípios como Rosário de Limeira, Sericita, Araponga, Pedra Bonita e Ervália recebem os maiores volumes de recursos per capita deste mesmo fundo.

**Tabela 07: Repasses de fundos públicos (FUNDEF e FPM)
Ano 2003 – valores em reais (R\$)**

Municípios	FPM	valor per capita (FPM)	FUNDEF	valor per capita (FUNDEF)	população
ARAPONGA	1.731.266,39	218,84	467.087,98	59,04	7.911
DIVINO	3.462.532,12	187,93	970.114,42	52,65	18.425
ERVÁLIA	3.462.282,05	203,54	538.438,85	31,65	17.010
FERVEDOURO	1.731.266,39	179,03	412.124,52	42,62	9.670
MIRADOURO	1.939.144,74	198,54	771.777,45	79,02	9.767
MURIAÉ	8.655.764,98	94,68	4.047.860,50	44,28	91.418
PEDRA BONITA	1.731.266,39	277,58	695.060,71	111,44	6.237
ROSÁRIO DE LIMEIRA	1.731.266,39	467,03	683.059,83	184,26	3.707
SERICITA	1.731.266,39	247,68	635.560,90	90,92	6.990
TOTAL	26.176.055,84	152,96	9.221.085,16	53,88	171.135

Fonte: www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm ; www.stn.fazenda.gov.br

Em se tratando dos repasses do FUNDEF observa-se a mesma dinâmica, com os maiores montantes *per capita* destinando-se aos pequenos municípios como Pedra Bonita e Rosário de Limeira, enquanto que em Muriaé estes valores são relativamente baixos.

6.2 Produção Agrícola

Em termos de produção agrícola o café se destaca como o principal produto do território, ocupando a maior parte da área plantada, conforme mostram as tabelas 08 e 09. O município de Divino se destaca como aquele que possui a maior área plantada com café. Porém, uma análise mais atenta dos dados demonstra que o volume produzido não reflete no maior valor da produção, muito provavelmente em função da baixa produtividade e qualidade do café. Municípios onde os agricultores vem buscando a produção de cafés de qualidade tem obtido uma maior Valor da Produção/ha, como é o caso de Araponga que, embora tendo uma das menores áreas plantadas com café do território, conta com um bom índice de VP/ha.

Tabela 08: Indicadores da produção de café (em coco), no Território

Municípios	AP (ha)	QP (t)	Produtividade (t/ha)	VP	VP/ha
Araponga	2.712	4.068	1,50	3.958	1,46
Divino	9.658	12.169	1,26	8.032	0,83
Ervália	6.382	5.743	0,90	5.588	0,88
Fervedouro	3.963	5.121	1,29	3.380	0,85
Miradouro	1.700	2.040	1,20	2.346	1,38
Muriaé	1.700	2.550	1,50	3.060	1,80
Pedra Bonita	5.300	7.950	1,50	5.895	1,11
Rosário de Limeira	1.250	1.875	1,50	2.250	1,80
Sericita	5.200	9.360	1,80	6.940	1,33
Totais e médias	37.865	50.876	1,38	41.449	1,27

AP = área plantada

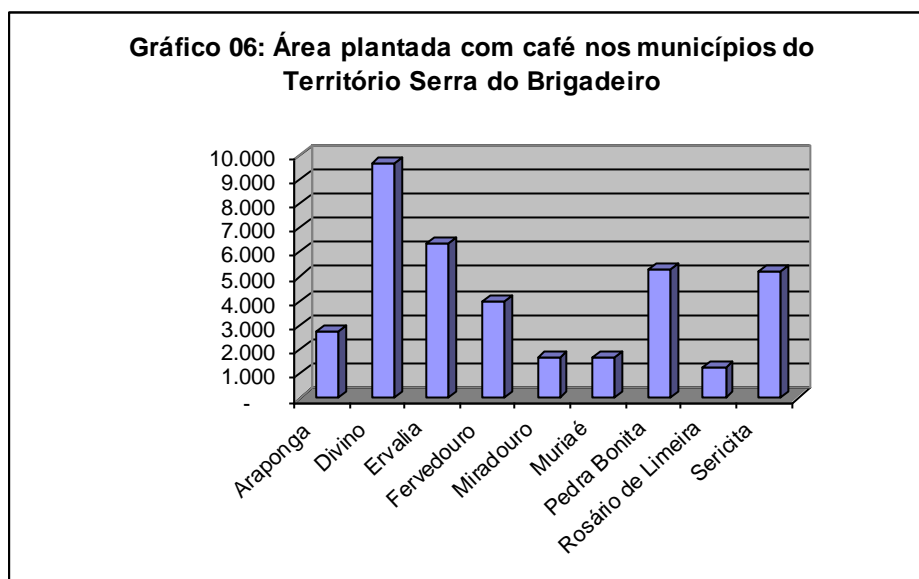
QP = quantidade produzida

VP = valor da produção em mil reais

Fonte: IBGE, PAM, 2001

Organização dos dados: EPAMIG e CTA

Os municípios de Muriaé, Miradouro e Rosário de Limeira são aqueles que possuem a menor área plantada com café, muito provavelmente em função das condições locais de solo, clima e altitude que propiciam rendimentos relativamente baixos para a cultura.



Considerando-se a área plantada com cultivos de subsistência os municípios do território apresentam situações bastante heterogêneas. Conforme mostra a tabela 09 abaixo, Muriaé se destaca como o principal produtor de arroz, seguido por Ervália e Araponga. A área plantada com cana-de-açúcar é mais expressiva nos municípios de Muriaé, Miradouro e Pedra Bonita. Já os municípios de Ervália e Divino se destacam na produção de feijão enquanto que a produção de milho é mais significativa em Ervália, Miradouro e Muriaé. Estes últimos são também os principais produtores de hortaliças do território.

Tabela 09 – Cultivos de subsistência no Território

Municípios	Arroz			Cana - de - Açúcar			Feijão			Milho		
	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP
Araponga	190	200	46	130	2.002	50	490	235	274	320	800	120
Divino	22	75	21	4	128	2	1.032	487	476	530	1.325	342
Ervália	250	425	106	20	800	18	3.900	2.037	2.383	3.300	5.940	986
Fervedouro	7	25	7	2	64	1	125	110	108	210	525	135
Miradouro	160	372	179	140	5600	129	518	317	206	1250	2500	550
Muriaé	540	2020	970	170	10200	235	650	390	254	500	1500	330
Pedra Bonita	46	46	12	145	4350	87	416	188	126	710	1065	240
Rosário de Limeira	30	90	41	45	2700	62	460	368	239	200	600	132
Sericita	16	16	4	5	150	3	214	101	68	492	1230	277
Total	1261	3269	1386	661	25.994	587	7.805	4.233	4.134	7.512	15.485	3112

AP = Área plantada; QP = Quantidade produzida; VP = Valor da produção em mil reais;

Fonte: IBGE, PAM, 2001; Tabulação: EPAMIG

Tabela 10 - Utilização da terra nos municípios do Território (1996).

Municípios	Utilização das terras (ha)								
	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Lavouras temporárias em descanso	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas e florestas naturais	Matas e florestas artificiais	Terras produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis
Araponga	3.056,136	1.697,312	203,245	10.387,366	1.302,933	2.326,815	422,898	270,675	1.070,485
Divino	11.776,972	1.023,907	320,970	13.022,697	2.410,529	2.186,064	289,323	180,968	1.962,916
Ervália	4.637,534	1.668,327	177,200	11.277,790	1.330,401	2.116,380	262,721	223,958	1.126,806
Fervedouro	3.431,88	847,893	60,689	14.670,88	999,866	1.905,15	386,293	96,614	813,566
Miradouro	2.079,060	1.860,745	480,637	12.242,725	3.068,643	1.796,636	184,384	211,326	556,548
Muriaé	3.967,67	4.758,64	911,45	29.963,99	20.218,14	7.011,83	689,296	598,253	3.039,45
Pedra Bonita	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosário de Limeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sericita	2.781,625	317,007	3,597	3.635,898	780,214	1.005,716	91,423	60,976	637,977
Total	31.730,877	12.173,831	2157,788	95.201,346	30.110,726	18.348,591	2326,338	1642,77	9.207,748

SIDRA - IBGE (1996)
 Tabulação: EPAMIG

Tabela 11 - Efetivo dos rebanhos nos municípios do Território.

Municípios	Tipo de Rebanho										
	Bovino	Suíno	Eqüino	Asininos	Muares	Coelho	Ovino	Galinha	G,F,F,P	Codorna	Caprino
Araponga	10.491	2.292	634	0	39	36	140	8.348	19.367	0	391
Divino	9.358	705	285	7	90	0	32	2.150	7.890	0	45
Ervália	13.000	2.659	1.243	0	55	65	104	10.630	68.039	2.018	81
Fervedouro	8.797	1.293	591	2	31	8	65	5.730	8.066	17	23
Miradouro	14.134	4.664	709	5	119	0	216	8.691	14.833	0	120
Muriaé	55.826	15.942	2.901	3	305	55	218	16.015	25.198	150	261
Pedra Bonita	4.212	1.673	193	18	121	0	19	3.102	7.771	0	91
Rosário de Limeira	2.884	698	138	2	18	0	0	1.363	2.204	0	81
Sericita	4.747	1.911	350	16	49	0	10	4.205	7.353	0	77
TOTAL	123.449	31.837	7.044	53	827	164	804	60.234	160.721	2.185	1170

G = Galos, F = Frango, F = Franga e P = Pintos

Fonte: IBGE, PPM, 2001

Tabulação: EPAMIG

6.3 Produção animal

A tabela 11 apresenta os dados referentes aos vários tipos de rebanho animal em cada um dos nove municípios do território. Muriaé se destaca como o município que possui o maior rebanho bovino do território, e também a maior área com pastagens plantadas, conforme mostra a tabela 10, o que faz daquele município a principal bacia leiteira do território. Além disso, Muriaé também possui os maiores rebanhos suíno e galináceo, o que comprova uma participação importante da produção animal na economia agrícola municipal. Outros municípios que se destacam tanto na suinocultura quanto na criação de aves são Miradouro e Ervália.

6.4 Turismo

Não vêm ocorrendo, no território, ações coordenadas voltadas para o desenvolvimento do setor turístico. As iniciativas relacionadas a este setor vem sendo levadas a cabo por particulares e normalmente envolvem a instalação de pousadas e outras infra-estruturas. Somente em Fervedouro está sendo implementado um programa de turismo rural. Algumas propriedades rurais situadas nas proximidades de pontos turísticos como o pico do Boné, em Araponga, tem procurado adaptar a sua infra-estrutura no sentido de oferecer serviços aos turistas que visitam a região, mas estas iniciativas ocorrem de maneira pontual e localizada. Por outro lado, a não elaboração e aprovação do plano de manejo do PESB dificulta a regulação da atividade turística no interior do parque e no seu entorno, pela ausência de regras claras para a atuação dos empreendedores privados e turistas.

7. INFRA-ESTRUTURA

O território da Serra do Brigadeiro conta com uma rede relativamente densa de estradas vicinais que permitem o acesso à maioria das comunidades rurais, aos distritos e sedes dos municípios. O acesso aos municípios de Araponga, Ervália, Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino é facilitado pela existência de estradas pavimentadas ao passo que Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita são os municípios cujo acesso só é possível via estradas de terra. Internamente ao território existem vias de acesso secundárias (estradas de terra) entre alguns municípios, que em muitos casos, facilitam a circulação de mercadorias e pessoas. Por estas vias, o município de Araponga, por exemplo, se liga a Ervália, Fervedouro e Sericita. A partir de Divino existe uma via de acesso para Pedra Bonita e daí para Sericita.

Os serviços de transporte coletivo existentes na região são fornecidos por empresas particulares. As linhas municipais ligam as comunidades e distritos às sedes municipais, enquanto que as linhas intermunicipais ligam os municípios do território aos núcleos urbanos mais importantes,

como Viçosa, Muriaé e Ponte Nova. Em geral, as prefeituras municipais disponibilizam transporte escolar gratuito para alunos da zona rural. No caso de Ervália, a prefeitura ainda subsidia o transporte para alunos dos cursos noturnos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dos municípios do território apenas Muriaé conta com um Aeroporto Público, com pista de asfalto de 1140 m e 23 metros de largura.

Os dados sobre a rede de telefonia que atende aos municípios são insuficientes para se tecer um quadro geral da infra-estrutura de comunicação ao nível de território. No entanto, dados de campo, atestam que a maioria das comunidades rurais contam com acesso restrito à linhas telefônicas. Nos casos de Sericita e Pedra Bonita, este problema aparece explicitamente como uma prioridade no PMDR.

A tabela 12, abaixo, apresenta o número e capacidade dos armazéns cadastrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que ocorrem apenas nos municípios de Ervália e Muriaé. Em toda a região observa-se a ocorrência de armazéns particulares destinados, principalmente, ao armazenamento de café.

Tabela 12: Armazéns Cadastrados na CONAB – 2001

	QTDE	TIPO	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)
Ervália	1	Convencional	2.301
Muriaé	1	Convencional	1.620

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)/ Assembléia Legislativa

Tabela 13: Eletrificação Rural no do Território entre 1997 e 2001. Por município, consumo em KWh e número de consumidores:

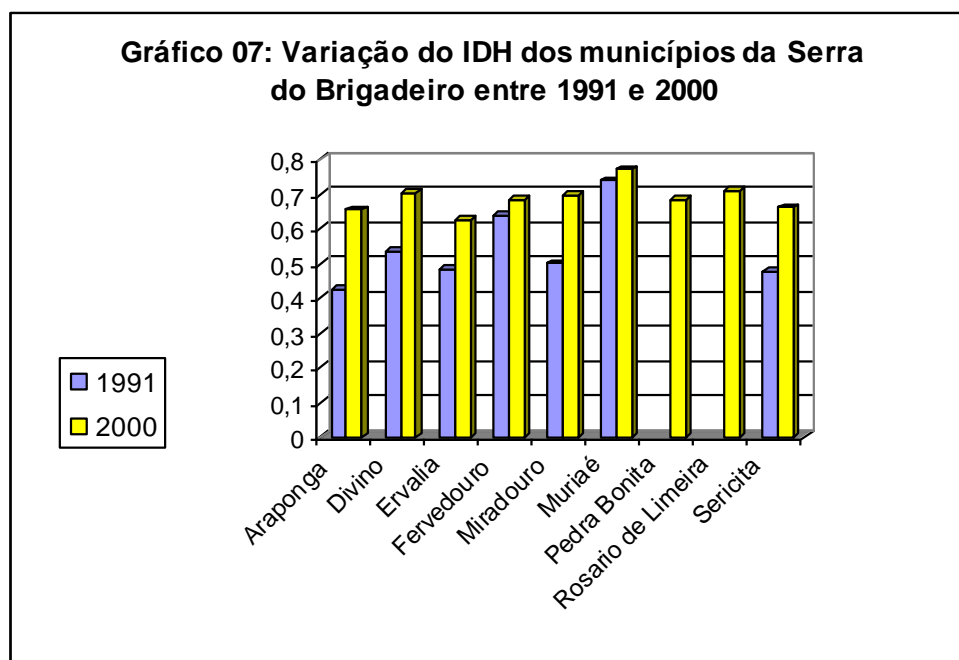
Município		1997	1998	1999	2000	2001
Araponga	consumo	282913	330605	463410	541786	561949
	consumidores	120	162	264	316	399
Divino	consumo	3194715	3525450	3604595	3601454	3167130
	consumidores	970	1036	1054	1069	1326
Ervália	consumo	1368018	1705410	1994669	2016880	2173728
	consumidores	624	725	556	833	1053
Fervedouro	consumo	0	1129840	1120883	1286325	1083542
	consumidores	0	410	428	445	456
Miradouro	consumo	1057321	1125661	1242722	1280177	1153798
	consumidores	269	268	356	356	435
Muriaé	consumo	6395758	6727713	6793315	6970051	6390242
	consumidores	1418	1432	1453	1486	1709
Pedra Dourada	consumo	0	656548	766523	764897	771041
	Consumidores	0	374	391	401	415
R.de Limeira	consumo	0	481858	545430	640603	574220
	Consumidores	0	170	205	232	274
Sericita	consumo	490965	588563	664408	743889	694202
	Consumidores	292	306	335	358	392
Total	Consumo	12.789.690	16.271.648	17.195.955	17.846.062	16.569.852
	Consumidores	3.693	4.883	5.042	5.496	6.459

Fonte: CEMIG/Web site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

Em termos de eletrificação rural a tabela 13, acima, demonstra um aumento significativo do número de consumidores entre os anos de 1997 e 2001. Considerando-se o território como um todo, o número de consumidores passou de 3693 em 1997 para 6459 em 2001, ou seja, um aumento de cerca de 75%. Ainda assim, observa-se nas comunidades rurais mais afastadas das sedes municipais, uma demanda por serviços de eletrificação rural.

8. SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

O gráfico 07 abaixo, demonstra um aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ dos municípios do território entre os anos de 1991 e 2000 atestando uma relativa melhoria na qualidade de vida da população dos municípios. O acesso a serviços de saúde e educação contribui para esta elevação do IDH municipal.



Fonte: www.fipe.gov.br - Tabulação: EPAMIG

Embora todos os municípios sejam atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a operacionalização destes serviços ao nível local apresenta grande heterogeneidade. Em geral as sedes municipais contam com um posto de saúde onde são oferecidas consultas médicas e atendidos casos de pouca gravidade. As comunidades rurais normalmente contam com postos de saúde, sendo que a presença de um médico ocorre em um dia da semana

¹ O cálculo do IDH leva em consideração três componentes básicos: longevidade, acesso ao conhecimento e padrão de vida. O indicador de longevidade é a esperança de vida ao nascer. O acesso ao conhecimento é medido pela média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. Por fim, o padrão de vida é medido pelo poder de compra, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local (PNUD, 1996).

ou quinzenalmente. Casos mais graves são encaminhados primeiro para o hospital da sede municipal e, se necessário, são transferidos para centros hospitalares da região. Em municípios como Pedra Bonita e Divino os pacientes em estado mais grave são normalmente encaminhados para a cidade de Carangola, que conta com uma melhor estrutura hospitalar. Em situações semelhantes, pessoas dos municípios de Fervedouro Rosário de Limeira e Miradouro recorrem ao serviço de saúde de Muriaé. Já no caso do Araponga e Ervália o centro hospitalar mais procurado é o de Viçosa.

Quanto aos serviços de educação observa-se também uma certa diversidade de situações relacionada principalmente à qualidade do ensino. Por outro lado, há um certo padrão de operacionalização da política pública de educação. Uma rede de pequenas escolas rurais procura atender as comunidades e ficam sob a responsabilidade das prefeituras municipais. Nos anos recentes tem ocorrido um processo de nucleação destas escolas, que muitas vezes contam com salas multisseriadas. O transporte escolar vem sendo fornecido pelas prefeituras de forma gratuita, mas em muitos casos a precariedade das estradas rurais faz com que os alunos tenham de andar vários quilômetros até o ponto de parada do veículo escolar.

Escolas secundárias se localizam geralmente nos distritos mais populosos ou mesmo nas sedes municipais. Nos municípios de Ervália e Araponga as organizações locais vêm reunindo esforços voltados para a instalação de Escolas Família Agrícola (EFA's), porém estas encontram-se ainda em fase de implantação.

A cidade de Viçosa constitui-se no principal pólo educacional da região, atraindo estudantes de muitos municípios do território e entorno. Ali se concentra uma rede de escolas públicas e privadas, cursos pré-vestibulares, a Universidade Federal de Viçosa, além de algumas faculdades particulares. Na porção sul do território, a cidade de Muriaé se destaca como o principal centro educacional para os municípios vizinhos, principalmente pela presença de uma faculdade particular que oferece vários cursos noturnos de Ciências, Filosofia, Letras e Pedagogia.

9. SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

9.1 Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Registra-se nos municípios do território a ocorrência de duas modalidades de ATER, sendo uma oficial (estatal) realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e outra de caráter não governamental realizada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM). No primeiro caso a ATER é realizada por equipes locais instaladas nas sedes dos municípios mediante convênios firmados entre as prefeituras municipais e a EMATER. Por meio

de tais convênios as prefeituras se comprometem a arcar com parte dos custos financeiros inerente à provisão dos serviços. Entres as principais atribuições das equipes locais da EMATER estão a assessoria técnico-gerencial na implementação do PRONAF crédito e infra-estrutura (atualmente PRONAF territorial), e na operacionalização das ações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As equipes locais da EMATER estão subordinadas às três gerências regionais da empresa. As equipes de Divino, Fervedouro, Miradouro e Muriaé estão vinculadas à gerência regional de Muriaé. As equipes de Ervália e Araponga vinculam-se à gerência de Viçosa e as equipes de Pedra Bonita e Sericita à gerência de Ponte Nova. O município de Rosário de Limeira é atendido pela equipe local de Muriaé.

A segunda modalidade de ATER ocorre por meio da atuação de ONG's, como por exemplo o CTA-ZM, que atua diretamente no município de Araponga, tanto na assessoria técnico produtiva quanto nas ações relacionadas à implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Atua também, com menos intensidade, em Ervália e Divino. Além disso, o CTA-ZM assume um papel chave na articulação em torno do conselho gestor do PESB e na implementação de programas e projetos voltados para a promoção da agroecologia e uso sustentável dos recursos naturais na região. No quadro abaixo são apresentadas as principais atividades levadas a cabo ao nível dos municípios e apoiadas por serviços de ATER governamental ou não governamental:

Quadro 04: Projetos e programas executados ou em andamento no território da Serra do Brigadeiro.

- Implementação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural nos municípios de Araponga, Ervália, Divino e Pedra Bonita, geridos pelos respectivos CMDR's;
- Desenvolvimento de Sistemas Orgânicos para a Produção de Café, que envolve a instalação de unidades experimentais e a capacitação de agricultores e agricultoras – parceria entre a EPAMIG, CTA, STR's e associações de agricultores familiares;
- Desenvolvimento e difusão de práticas agroecológicas, como adubação verde, diversificação de cultivos, sistemas agroflorestais etc., por meio de parceria estabelecida entre CTA, STR's e associações de agricultores familiares, com o apoio da UFV;
- Programa de Turismo Rural implementado em Fervedouro pela EMATER, em parceria com a Prefeitura Municipal;
- Programa de Capacitação da Rede Pública e Privada de Ensino de Ervália, na questão ambiental, implementado pela EMATER;
- Projeto de Recuperação de Nascentes e Projeto Bem Viver, voltado para melhoria da qualidade de vida das famílias, implementado pela EMATER no município de Muriaé;
- Implantação de Escolas Família Agrícola nos municípios de Ervália, Araponga, a partir das próprias organizações dos agricultores e agricultoras;
- Implantação de Cooperativas de Crédito de Agricultores Familiares em Araponga e Divino;

- Projeto de Fomento de Florestas para Produção e Conservação, implementado pelo Instituto Estadual de Florestas, em parceria com as Prefeituras;
- Programa de Controle da Exploração Florestal (desmatamento), também implementado pelo IEF, em parceria com as Prefeituras e Polícia Militar de MG;
- Programa de Fomento Florestal, implementado pela Prefeitura de Araponga em parceria com o IEF e apoio do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, já tendo distribuído 400.000 mudas de essências nativas e exóticas;
- Programas de Proteção de Nascentes implementados pelas Prefeituras de Divino e Rosário de Limeira;
- Programa de Capacitação de Agricultores/as para o Artesanato implementado pela Prefeitura de Ervália em parceria com a EMATER.

Fonte: Projeto Território da Serra do Brigadeiro/ EMATER / EPAMIG / CTA-ZM

9.2 Serviços Financeiros

Pesquisa realizada pela ADS (no prelo), sobre a demanda de serviços financeiros por parte dos agricultores familiares da região, atesta a existência de uma complexa rede de relações à qual estes agricultores recorrem sempre que enfrentam dificuldades em seu fluxo de caixa, situações de crise, imprevistos, necessidade de investimento, entre outras razões. Conforme lembra SILVA(2003), nestes casos as famílias podem recorrer a modalidades informais de acesso a serviços financeiros onde se destacam: a) empréstimos feitos por amigos, parentes e vizinhos; b) empréstimos feitos pelos compradores de café, que em muitos casos atuam como um banco informal; c) empréstimos contraídos junto a agiotas locais. Estas três modalidades são marcadas pela relação de confiança entre as partes, sendo que no primeiro caso é marcante a existência de uma rede de cooperação solidária construída historicamente, sendo portanto, a expressão do capital social das sociedades locais, especialmente nas áreas rurais.

A existência de uma importante capacidade de poupança interna e de mobilização de recursos por parte da agricultura familiar demonstra que a região possui um bom potencial para o fortalecimento de uma economia solidária. Nos municípios de Divino e Araponga, a criação de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar vem sendo assessorada pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Estas cooperativas devem fazer parte do Sistema Nacional de Economia e Crédito Solidário (Sistema Ecosol) que tem como perspectiva a ampliação das “possibilidades de captação de recursos financeiros junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a partir dos potenciais locais de poupança e demandas por serviços financeiros adequados às realidades deste segmento” (ECOSOL, 2003). Processos envolvendo a criação de cooperativas de crédito ocorrem também nos municípios de Muriaé, Miradouro e Fervedouro. A tabela 16 apresenta a rede bancária existente nos municípios do território.

Por outro lado, os agricultores familiares do território contam ainda com os serviços financeiros formais ou oficiais, tais como o crediário,

negociado junto às casas comerciais locais, e os bancos oficiais que disponibilizam linhas de crédito no âmbito do PRONAF (SILVA, 2003).

As tabelas abaixo demonstram um substancial aumento da oferta de serviços financeiros para a agricultura familiar por parte de agentes financeiros oficiais (bancos), o que resulta da implementação da política de crédito agrícola do PRONAF. Com efeito, entre os anos de 2000 e 2003 foram disponibilizados mais de 20 milhões de reais do programa para o financiamento da produção agrícola nos nove municípios que compõem o território, em 8.697 operações de crédito (contratos). Os três municípios que mais captaram recursos do PRONAF no período 2000-2003 foram, em ordem decrescente: Ervália, com 35% dos contratos e 28% dos recursos; Divino, com 17,9% dos contratos e 18,2% dos recursos; e Muriaé, com 17,7% dos contratos e 22,7% dos recursos de crédito alocados na região.

Tabela 14: Rede bancária nos municípios do território

Município	Rede Bancária
Araponga	BEMGE SA
Divino	BEMGE SA, BANCO DO BRASIL S.A
Ervália	BANCO DO BRASIL S.A
Muriaé	BANCO DO BRASIL S.A., CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO HSBC BAMERINDUS S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO BRADESCO S.A.,

Fonte: Banco Central / Banco do Brasil / Assembléia Legislativa

Tabela 15: Crédito Rural do PRONAF, por ano fiscal – montante e número de contratos por município.

Município	2000			2001			2002			2003		
	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$
Araponga	57	133.738,00	2.346,28	68	150.963,44	2.220,05	110	325.473,58	2.958,85	336	481.552,54	1.433,19
Divino	404	1.015.372,03	2.513,30	585	1.196.478,76	2.045,26	147	469.555,87	3.194,26	425	1.086.027,76	2.555,36
Ervália	777	1.554.929,26	2.001,20	859	1.704.573,94	1.984,37	648	1.372.369,42	2.117,85	796	1.219.249,65	1.531,72
Fervedouro	79	174.139,16	2.204,29	95	288.230,02	3.034,00	37	161.966,93	4.377,48	52	234.745,24	4.514,33
Miradouro	124	350.220,83	2.824,36	116	342.625,94	2.953,67	90	219.254,89	2.436,17	158	651.350,94	4.122,47
Muriae	340	1.238.709,22	3.643,26	342	1.088.468,21	3.182,66	278	614.583,02	2.210,73	583	1.752.704,68	3.006,35
Pedra Bonita	49	143.142,09	2.921,27	110	239.619,08	2.178,36	56	164.706,31	2.941,18	329	779.332,45	2.368,79
R. de Limeira	8	32.608,00	4.076,00	7	28.877,36	4.125,34	45	66.023,04	1.467,18	112	153.952,06	1.374,57
Sericita	19	72.898,68	3.836,77	112	225.980,15	2.017,68	66	174.222,87	2.639,74	278	726.114,06	2.611,92
TOTAL	1857	4.715.757,27	2.539,45	2294	5.265.816,90	2.295,47	1477	3.568.155,93	2.415,81	3069	7.085.029,38	2.308,58

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados BACEN: Até 02/2004; BANCOOB Até 04/2004; BANSICREDI: Até 04/2004; BASA: Até 04/2004; BB: Até 04/2004; BN: Até 04/2004 e BNDES: Até 04/2004 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações.

Data da Impressão: 22/05/2004 19:23:33

Tabela 16: Crédito Rural do PRONAF aplicado na região da SB no período 2000-2003
 Montante, número de contratos, percentagem por município e valor médio dos contratos

Município	total contratos 2000-2003	%	montante total (em R\$)	%	valor médio dos contratos (em R\$)
Araponga	571	6,57	1.091.727,56	5,29	1.911,96
Divino	1561	17,95	3.767.434,42	18,26	2.413,47
Ervália	3080	35,41	5.851.122,27	28,36	1.899,72
Fervedouro	263	3,02	859.081,35	4,16	3.266,47
Miradouro	488	5,61	1.563.452,60	7,58	3.203,80
Muriaé	1543	17,74	4.694.465,13	22,75	3.042,43
Pedra Bonita	544	6,26	1.326.799,93	6,43	2.438,97
Rosário de Limeira	172	1,98	281.460,46	1,36	1.636,40
Sericita	475	5,46	1.199.215,76	5,81	2.524,66
TOTAL	8697	100,00	20.634.759,48	100,00	2.372,63

FONTES: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados até BACEN: Até 02/2004; BANCOOB Até 04/2004; BANSICREDI: Até 04/2004; BASA: Até 04/2004; BB: Até 04/2004; BN: Até 04/2004 e BNDES: Até 04/2004 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações.

Data da Impressão: 22/05/2004 19:23:33

10. TECIDO SÓCIO-ORGANIZATIVO

Ao nível dos municípios do território, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se constituem na principal entidade de representação dos agricultores familiares, sejam eles, pequenos proprietários, meeiros ou assalariados. No entanto, os STR's são a expressão de um tecido organizativo formal. Existe, por outro lado, um forte arranjo institucional fundamentado nos laços comunitários, de parentesco e em grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de reflexão ligados à igreja católica, grupos de jovens, entre outros. Este conjunto de organizações formais e informais formam um capital social² de base, a partir do qual emergem outras estruturas organizativas, tais como os CMDR's, conselhos municipais de educação, saúde, meio ambiente, entre outros.

O debate em torno da criação do PESB envolveu a participação de um grande número de organizações formais distribuídas pelos nove municípios que compõem o território. O quadro abaixo apresenta as principais organizações que participaram ativamente daquele processo:

Quadro 05: Organizações governamentais e não governamentais que participaram ativamente do processo de negociação para a criação o PESB.

- O Instituto Estadual de Florestas;
- As Prefeituras Municipais de Araponga, Fervedouro, Ervália, Muriaé, Miradouro, Divino, Sericita e Pedra Bonita;
- A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Gerencias Regionais de Viçosa, Ponte Nova e Muriaé);
- A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) por meio do Centro Tecnológico da Zona da Mata, sediado em Viçosa- MG;
- A Universidade Federal de Viçosa (Departamentos de Solos, Educação, Engenharia Florestal e Biologia);
- As ONG's: Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Amigos de Iracambi, Centro de Estudos e Educação Ambiental (CECO), Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), Brasil Verde, Associação Comunitária e Ambiental de Araponga;
- Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Araponga, Ervália, Miradouro, Muriaé, Carangola, Divino, Sericita e Pedra Bonita;
- O Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais;
- A Associação dos Agricultores Familiares de Araponga, a Associação dos Pequenos Produtores de Miradouro, a Associação dos Pequenos Produtores de Divino e Associação dos Produtores Rurais de Rosário de Limeira;
- A Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata;
- A Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Fonte: Projeto Território da Serra do Brigadeiro/ EMATER / EPAMIG / CTA-ZM

² O termo capital social refere-se às redes de colaboração solidária historicamente constituídas por meio do exercício da cooperação e da construção da confiança mútua entre as pessoas e atores sociais de uma dada sociedade.

11. INTEGRAÇÃO REGIONAL E IDENTIDADE TERRITORIAL

Mello e Silva & Silva (sem data) lembram que as abordagens recentes envolvendo os territórios levam em consideração o processo de integração competitiva de lugares e regiões às dinâmicas econômicas de âmbito global ou ao processo comumente chamado de globalização. Assim, um território se afirma ou se identifica a partir do que tem de diferente com relação a outros lugares ou regiões. Os autores apresentam quatro grandes características que devem ser levadas em consideração quando se trata da abordagem territorial no contexto atual:

- a) O território se expressa como um conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas historicamente desenvolvidas e situadas em um espaço geográfico definido, incluindo-se aí a dimensão ambiental.
- b) Os territórios apresentam, entre si, grande diversidade e fortes características identitárias.
- c) Os territórios tendem a apresentar laços de coesão social e redes de solidariedade, muitas vezes estimulados pelas relações competitivas que se estabelecem com outras regiões.
- d) Os territórios tendem a valorizar tanto as suas vantagens comparativas frente a outras unidades territoriais quanto também as suas vantagens competitivas, ou seja, sua capacidade organizacional e institucionalidade que o diferencia como um território específico.

Na Serra do Brigadeiro, os elementos de coesão social e identidade são dados pelo processo histórico que envolveu a ocupação da região a partir do século XIX e resultaram no estabelecimento de uma complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e de parentesco à qual se ligam as famílias de agricultores familiares instaladas na região. Esta rede de relações está intimamente ligada ao padrão de uso dos recursos naturais disponíveis na região e as atividades produtivas daí resultantes.

A ocupação da região e sua incorporação ao sistema produtivo do capitalismo internacional ocorreu principalmente por meio da cafeicultura que, apesar das inúmeras crises pelas quais vem passando, permanece como a principal atividade produtiva para uma grande maioria dos agricultores familiares que ali vivem. As condições de altitude, solo e relevo se constituem em vantagens comparativas do território em comparação a outras regiões, muito embora tenha havido um processo intenso de degradação ambiental resultante de mais de um século de exploração dos recursos naturais.

Por outro lado, nas décadas recentes os agricultores familiares da região vem consolidando suas organizações formais e informais. Estas se apóiam naquelas redes de pertencimento e de solidariedade comunitária para configurar um tecido social dinâmico e capaz de atuar como elemento

decisivo na busca de melhores condições de vida e da cidadania das populações rurais da região.

A territorialidade regional se assenta, portanto, em três aspectos principais:

- a identidade sócio-cultural, redes de parentesco e sentimento de pertencimento da população residente na Serra do Brigadeiro;
- a presença histórica da cafeicultura como atividade econômica que diferencia a região de outras unidades territoriais;
- a existência de um patrimônio ambiental de interesse público não apenas para os municípios da região mas também para uma coletividade mais ampla ao nível de Minas Gerais e do Brasil;
- a existência de uma unidade de conservação ambiental de jurisdição estadual (PESB) no entorno da qual se localizam 42 comunidades rurais onde predomina a agricultura de base familiar.

Por outro lado, o território se apresenta como um todo dinâmico, com diferenças internas entre os municípios, fluxos de pessoas, riquezas e serviços, tanto entre os municípios que compõe a Serra do Brigadeiro, quanto destes para com as regiões vizinhas.

Neste sentido, na parte sul Serra do Brigadeiro, o município de Muriaé atua como um pólo atrativo da população residente nos municípios de Fervedouro, Miradouro, Divino e Rosário de Limeira. Por outro lado, a cidade de Viçosa, atua como pólo dinâmico em termos de serviços e comércio para as municipalidades de Ervália e Araponga. Já nos municípios de Pedra Bonita e Sericita os fluxos de riqueza, pessoas e serviços se direcionam para as cidades de Abre Campo, Rio Casca e Ponte Nova.

12. HIPOTHESES DE TRABALHO PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Os dados e informações aqui sistematizados demonstram por um lado a grande diversidade de situações encontradas em cada município do território em termos de produção agropecuária, economia, população e fluxos de pessoas e de riqueza. Por outro lado, é possível identificar fortes elementos de integração e identidade territorial que reforçam a necessidade de um planejamento estratégico que contemple a diversidade e ao mesmo tempo permita a canalização das energias dos atores sociais, potencializando eixos comuns de integração e desenvolvimento sustentável.

Resgatando o conteúdo dos eventos já realizados no âmbito do processo de planejamento em curso é possível identificar os principais eixos ou diretrizes que devem orientar tanto a elaboração do plano quanto a atuação dos agentes nas etapas subseqüentes. A análise dos dados secundários aqui realizada apresenta elementos que reforçam tanto a existência de problemas comuns à agricultura familiar dos nove municípios quanto a existência de experiências locais muito significativas em termos de busca de soluções para tais problemas considerando parâmetros de sustentabilidade. Como resultado deste processo de sistematização e análise de dados e informações pode-se apontar as seguintes temas ou eixos de intervenção que permitem uma maior integração territorial dos municípios:

- a) **Agroecologia** – em alguns municípios do território as organizações dos agricultores familiares vem acumulando uma significativa experiência relacionada com a adoção do enfoque agroecológico nas suas propriedades e comunidades. A diversificação da produção e da renda agrícola e a busca da segurança alimentar das famílias estão entre as estratégias mais importantes observadas nestas experiências. As ações que envolvem a produção do café agroecológico orgânico, vem sendo assessoradas pelo CTA-ZM e pela EPAMIG, representando um passo a mais no processo de elaboração e adaptação de tecnologias às realidades locais. Estas iniciativas se assentam nos princípios da agroecologia para propor alternativas viáveis nos aspectos social, ambiental, produtivo e econômico. Elas constituem um importante patrimônio em termos de conhecimentos acumulados e devem ser potencializados em um processo de planejamento do desenvolvimento sustentável do território.
- b) **Capital Social** – a existência de redes de cooperação e colaboração solidária e a disponibilidade das pessoas em se associarem para buscar soluções para problemas comuns representam importantes recursos para o processo de desenvolvimento territorial. Este capital social se apresenta de maneira heterogênea entre os municípios do território, sendo necessário o seu fortalecimento por meio do apoio ao associativismo e ao cooperativismo nas suas mais variadas formas. A educação, ou formação de jovens rurais do território, deve levar em conta esta necessidade de se fortalecer o capital social e a cidadania das pessoas das comunidades e municípios, respeitando a diversidade cultural dos municípios.

- c) **Turismo** – a atividade turística no território também se apresenta como um desafio comum aos municípios na medida em que todos eles se percebem como responsáveis por um patrimônio ambiental cuja beleza cênica (paisagem) atrai o interesse de pessoas originárias de outras regiões e até mesmo de outros países. Por outro lado, registra-se a ocorrência de um turismo de caráter religioso (peregrinações, romarias, marchas a cavalo etc...), o que atesta a vinculação simbólica entre a identidade cultural da população e o território. Estas várias modalidades de turismo demandam o estabelecimento de “regras” locais voltadas para a preservação tanto ambiental quanto social das comunidades da região.
- d) **Cafeicultura** – os problemas inerentes à produção e comercialização do café, especialmente quando cultivado como monocultura estão na “pauta do dia” da maioria das organizações locais, serviços de ATER e entidades de apoio à agricultura familiar do território. Mesmo em graus diferenciados, registra-se um esforço por parte dos agricultores no sentido de incrementar a qualidade do café produzido na região como condição para a obtenção de melhores preços nos mercados locais, nacional e internacional. Esta diferenciação da cafeicultura do território, frente a outras regiões produtoras, constitui tanto um elemento de identidade quanto uma vantagem competitiva da Serra do Brigadeiro. Ao mesmo tempo há um problema grave advindo da especialização e dependência de muitas famílias em relação ao café, que iludidas pela busca de maior lucratividade em pouco tempo, perderem a diversificação de suas propriedades.

13. BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES F. Z. Caracterização climática do estado de Minas Gerais. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, ano 12, nº 138, 1986. p. 9-13.
- CASALI, Vicente Wagner Dias (coord.); CARDOSO, Irene Maria; TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio; BARBOSA, Willer Araújo; JUCKSCH, Ivo; MENDONÇA, Eduardo Sá; FERRARI, Eugênio Alvarenga; FERNANDES, Elpídio Inácio; GJORUP, Guilherme Barcelos; FRANCO, Fernando Silveira. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: percepção, uso e estratificação do ambiente**. Viçosa: UFV, 2001. 164p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS. **Agricultura Sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro: uma Experiência de Desenvolvimento Microregional Promovida pelo CTA-ZM**. Viçosa: CTA, 1998. 28p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS. **Uma Visão Sobre o Município de Araponga: Informações Sobre o Diagnóstico Realizado**. Viçosa: CTA, 1994. 42p.
- COLEGIADO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO. **Processo Participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Viçosa, 2003.
- COLEGIADO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO. **Termo de Referência para a Elaboração do Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, 2001. 27p.
- FERRARI, Eugênio Alvarenga; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **A Agricultura Sustentável e Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro: Uma Experiência do CTA/ZM**. Palestra proferida na mesa redonda: Ação de ONG's na promoção da agricultura familiar e da agroecologia. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Rio, 20 a 26/07/97. SBCS/CNPS-EMBRAPA.
- FERREIRA NETO, Paulo Sergio. **O Caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: Integrando a Conservação e o Desenvolvimento**. In: Anais do seminário internacional sobre presença humana em unidades de conservação. p. 80-87 (fotocópia).
- FERREIRA NETO, Paulo Sergio; OLIVEIRA, João Carlos Lima; LOPES, Niuton Teotônio. **O Processo Participativo na Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Zona da Mata de Minas Gerais**. Anais da Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação. Parque Estadual do Rio Doce, 1997. p. 70-78.
- GJORUP, Guilherme Barcellos. **Planejamento Participativo de uma unidade de conservação e do seu entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Tese de Doutorado. Viçosa: UFV, 1998. 113p.

- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - Plano de Manejo / Etapa I. 2002** (versão incompleta).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Território da Serra do Brigadeiro**. MDA/SDT. 2003. 35p. (mimeo).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Série Textos para Discussão. No. 04. Brasília, 2003. 35 p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório da Oficina Territorial de Formação de Agentes e Construção da Estratégia de Desenvolvimento Territorial**. Viçosa: MDA/SDT, 2003. 23p. (mimeo).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS)**. Araponga, 2002. 49p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR)**. Divino, 1997. 31p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR)**. Ervália, 1997. 51p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR)**. Pedra Bonita, 1998. 80p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR)**. Sericita, 1997.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996**. Brasília, 1996. 167p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar (PROPEDAF) – Relatório Técnico Subprojeto 01**. Viçosa: FUNARB/EPAMIG, 2002. 79p. (mimeo).
- SILVA, Demetrius de Oliveira. **Agricultura Familiar e as Formas Locais de Acesso a Serviços Financeiros: Um Estudo de Caso na Zona da Mata Mineira**. Pesquisa: Demanda por serviços financeiros como base do desenvolvimento local. ADS/CUT-FEA/USP. 2003. 31p. (no prelo).
- SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA E CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Projeto de Estruturação Institucional das Cooperativas de Crédito dos Municípios de Divino e Araponga – Território da Serra do Brigadeiro**. 2003. 5p (mimeo).
- VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, KARIN.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil Rural Precisa de Uma Estratégia de Desenvolvimento**. Série Textos para discussão 01. Convênio FIPE/IICA (MDA-CNDRS-NEAD). 2002. 107p.